

O Brasil ficou mais pobre

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Números mostram que é preciso criar uma política de Estado para combater a pobreza para além do mero distributivismo social. As estatísticas oficiais já demonstram o que se vê nas ruas, praças e semáforos das grandes cidades: a pobreza avançou por aqui. Nem mesmo a tal PEC Kamikaze, criada para turbinar benefícios sociais às vésperas das eleições, consegue melhorar a situação de penúria que milhões de brasileiros vêm enfrentando. Esse pacote de R\$ 41,2 bilhões destina R\$ 26 bilhões para o Auxílio Brasil, que teve a parcela mensal elevada de R\$ 400 para R\$ 600, e incluiu mais 2,2 milhões de famílias na folha de pagamento do programa social, que agora contempla 20,2 milhões de famílias, menos do que as 22 milhões de famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita mensal de até R\$ 105) e de pobreza (renda per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210 por mês) inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), segundo a última atualização de junho de 2022. O crescimento medíocre dos últimos anos no Brasil se agravou com a pandemia. Entre 2019 e 2021, o orçamento familiar de 9,6 milhões de pessoas recuou para a linha de pobreza, como aponta o estudo Mapa da Nova Pobreza do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social). O ano de 2021 se encerrou apontando 62,9 milhões (29,6% da população total) com renda per capita de até R\$ 497 mensais, que corresponde a linha internacional de US\$ 5,50 por dia ajustada por paridade de poder de compra – o maior nível da série histórica iniciada em 2012. No mesmo período, a Organização das Nações Unidas (ONU) registra que 15,4 milhões de pessoas (7,3% da população) viviam sob insegurança alimentar grave no País, ou seja, quando passam um dia inteiro ou mais sem consumir qualquer tipo de alimento. Com base nesses dados, o Brasil voltou a figurar no Mapa da Fome da instituição. A situação nos centros urbanos é ainda pior. Entre 2014 e 2021, o percentual da população que enfrenta condições de pobreza subiu de 16,0% para 23,7% nas metrópoles brasileiras, o que corresponde a 19,8 milhões de pessoas. Desses, 3,8 milhões foram jogados nessas condições somente entre 2020 e 2021, conforme consta no 9º Boletim Desigualdade nas Metrópoles, elaborado por pesquisadores do Observatório das Metrópoles, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e do Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Esses números mostram que é preciso uma política de Estado para reduzir a pobreza, o que não se consegue apenas com distributivismo social. Em estudo recente, o Banco Mundial indicou o que precisa ser feito para o Brasil “acelerar o crescimento econômico e recuperar o progresso social”. Entre as ações propostas estão: políticas para aumentar a produtividade e formação da força de trabalho do futuro; fortalecimento do sistema de saúde; políticas para acelerar a inclusão financeira e digital da população vulnerável; aperfeiçoamento da gestão de recursos naturais, com garantia de acesso às terras e melhora nas ações de transferência de renda. Isso demonstra que, neste momento, a batalha contra a fome e a pobreza é mais importante do que a batalha pela igualdade. / COM PABLO SANTANA

